



Análise do Auxílio Emergencial no Brasil

Ana Carolina Mendes

Ana Clara Carvalho

João Rodopoulos Alves

Kamilla Gomes Soares

Resumo

A crise sanitária resultante da pandemia puxou consigo uma crise econômica abrangente no mundo todo. Em 2020, o governo federal brasileiro instituiu o auxílio emergencial para a população em situação de vulnerabilidade, trazendo de volta à superfície discussões acerca da renda básica universal. Para tal, é importante analisar quais foram os impactos socioeconômicos do auxílio, além de avaliar a compatibilidade da política social brasileira com a de outros países que obtiveram êxito na prática de políticas semelhantes.

Palavras-chave: auxílio, desigualdade, pandemia.

Abstract

The sanitary crisis that was a result of the pandemic also brought an economic crisis that negatively affected the whole world. In 2020, the Brazilian federal government instituted an income transfer program entitled “Auxílio Emergencial”. Its purpose was to provide financial help for vulnerable people in the pandemic context, bringing back discussions about universal basic income programs. For such purpose, it is essential to analyze “Auxílio Emergencial” socioeconomic impacts. Furthermore, it is also crucial to compare this Brazilian social policy with similar ones implemented in other countries that succeeded.

Keywords: aid, inequality, pandemic.

1. Introdução e Contextualização

A pandemia do COVID-19 surpreendeu o mundo inteiro, tomando a vida de milhares de pessoas e prejudicando a existência digna de incontáveis outras. A crise sanitária prejudicou esferas muito além da saúde, sendo talvez a principal delas, a esfera econômica. O índice de desemprego e a porcentagem de pessoas abaixo da linha da miséria no Brasil cresceu quase exponencialmente no primeiro momento da



pandemia. A ONU estimou que mais de 130 milhões de pessoas ficaram sem o que comer, com agravamento da crise em países onde o nível de economia informal é alto, como o Brasil. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021)

Com o impacto principalmente em núcleos familiares de baixa renda em março de 2020, o Congresso Nacional aprovou a implementação do benefício do auxílio emergencial para trabalhador informal, microempreendedor individual, autônomo e desempregado, com 3 parcelas iniciais de R\$600. Esse foi, sem dúvidas, o maior programa de assistência à população do Brasil, resultando na menor desigualdade da história do país.

O auxílio emergencial é uma fonte de segurança bastante efetiva no curto prazo e, com o agravamento das consequências socioeconômicas da pandemia, a discussão de uma renda básica universal voltou a ressurgir nos governos pelo mundo afora.

2. A discussão de uma renda básica universal

O auxílio emergencial é um exemplo da resolutividade de políticas sociais de renda e é inevitável a comparação com a tão defendida renda básica. Apesar de existir quem diga que a falta de igualdade no Brasil é resultado de falta de motivação, e de vivermos em uma cultura contemporânea de idealizações midiáticas em torno de uma ideia onde seja possível “ficar rico rápido sem sair de casa”, sustentada por influenciadores nas principais plataformas digitais, é de tamanha ignorância negar que a raiz da desigualdade econômica brasileira é a miséria.

É uma falácia a constatação de que a grande fonte de motivação e inovação de uma economia é a necessidade. Muito pelo contrário. O medo de falhar é o que previne o empreendedorismo, principalmente quando uma falha pode levar à fome. E de forma contrária, às ideias mais inovadoras tendem a nascer de situações onde não há necessidade, muito menos iminência de fome. É notório que, a maneira mais efetiva de fomentar o empreendedorismo é diminuir os riscos envolvidos. Na França, por exemplo, a reforma do seguro-desemprego em 2002 permitiu que os desempregados que iniciassem um novo negócio, mantivessem o benefício por até 2 anos a mais, o que aumentou em 25% o índice de criação de novas empresas. [LE CLEISS, 2021] Uma garantia de segurança e estabilidade resulta em mais segurança para empreender, principalmente se tratando de trabalhadores já em situação de vulnerabilidade.



O auxílio emergencial é uma fonte de segurança bastante efetiva no curto prazo e, com o agravamento das consequências socioeconômicas da pandemia, a discussão de uma renda básica universal voltou a ressurgir nos governos pelo mundo afora.

Os conceitos primordiais de uma renda básica ou mínima são datados no século XVI, associados à Igreja Católica, que defende sua implementação até os dias atuais, e já foi defendida por economistas como Milton Friedman e Thomas Moore. [REVISTA PIAUÍ, 2020]. No Brasil, o principal nome ligado à proposta de Renda Básica de Cidadania é o ex-senador Eduardo Suplicy, que, em 1991 apresentou um projeto de lei de um imposto de renda negativo para os trabalhadores que ganhavam até 2 salários-mínimos.

A sustentabilidade desse projeto vem do fato de que o benefício é direcionado a parte mais economicamente vulnerável da população, que consomem mais do que recebem. Assim, o dinheiro do benefício seria revertido aos cofres públicos na forma de receitas mais altas provenientes de um impulso ao consumo. Atualmente, metade da arrecadação do Brasil vem dos impostos arrecadados sobre consumo.

A renda básica de cidadania traria também o aumento do PIB brasileiro, por conta de seu multiplicador, onde cada real gasto com a renda, o PIB aumentaria em 1,19 reais. Assim, com o auxílio emergencial estendido haveria um aumento da dívida pública acompanhado por um aumento do PIB. [VALOR ECONÔMICO, 2020] Além disso, esse benefício contaria com a unificação dos gastos em auxílios já existentes, como o Bolsa Família, fomentando um sistema mais eficiente e mais barato.

Em abril de 2021, o STF determinou a implementação do programa de renda básica de cidadania para os brasileiros com renda per capita inferior a R\$89 e R\$178, enfrentando embargos da União. Em novembro do mesmo ano, por decisão unânime, os embargos foram rejeitados pelo STF. O governo federal deverá, portanto, definir um valor inicial para o auxílio da renda básica a partir do ano de 2022.

3. Impactos socioeconômicos com o auxílio emergencial

O auxílio emergencial, implementado em abril de 2020, pelo Governo Federal, via lei 13.982 em decorrência da pandemia mundial causada pelo vírus Covid-19, beneficiou cerca de 68 milhões de pessoas, com um total de R\$293,1 bilhões gastos. O

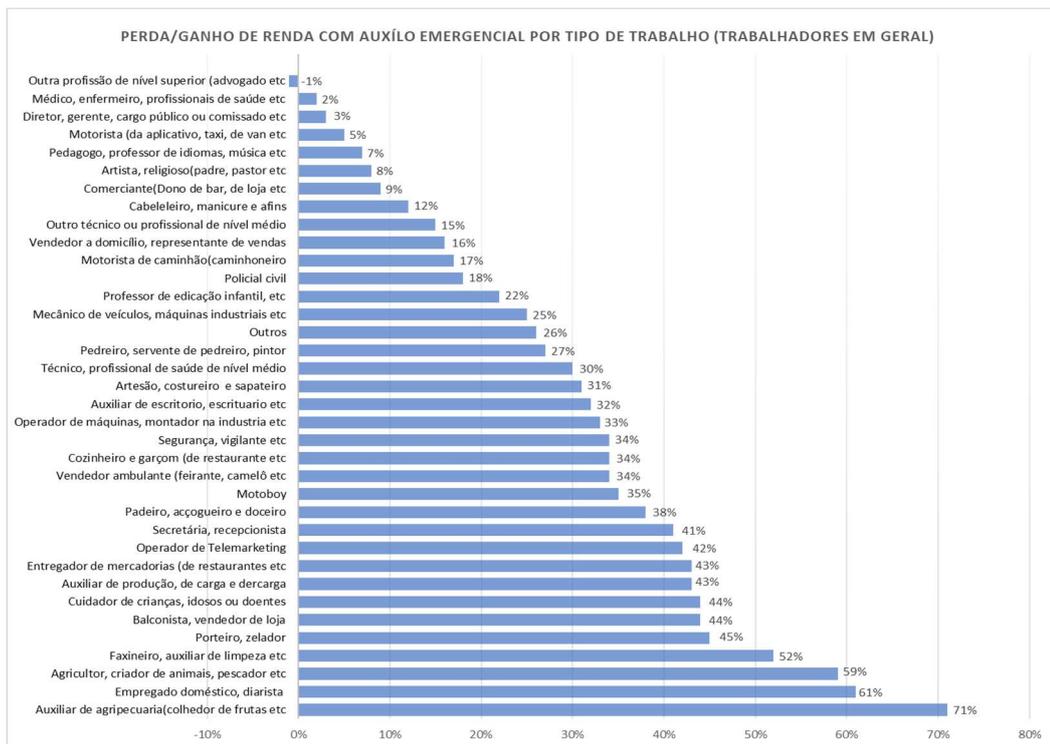
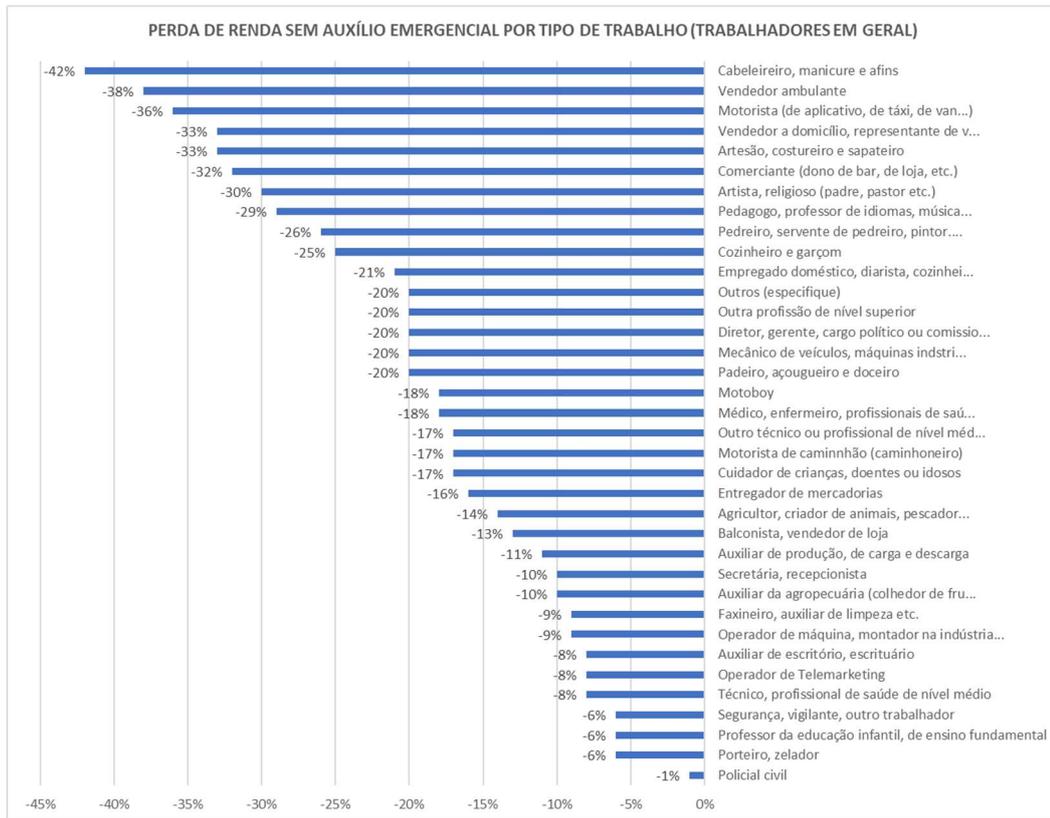


benefício foi destinado à população socialmente prejudicada pelas medidas de isolamento social, que precisavam fechar seus comércios ou deixarem de ir até o seu local de trabalho. Trabalhadores que exercem a função de Microempreendedor Individual ou contribuinte individual do Regime da Previdência, trabalhadores informais, empregados, autônomos ou desempregados.

O repasse inicial foi de R\$1.200,00 para as mães chefes de família e R\$600,00 para os demais nos primeiros cinco meses, tendo este valor reduzido após esse período para R\$600,00 às mães chefes de família e R\$300,00 aos demais, durante quatro meses em 2020. O auxílio ficou suspenso cerca de três meses, retornando em abril de 2021 com um valor reajustado de R\$375,00 para as mães chefes de família, R\$250,00 para as famílias com dois ou mais membros e R\$150 às famílias com somente um indivíduo cadastrado. Sendo assim excluídos do repasse alguns beneficiários, passando a somente um membro do grupo familiar receber o auxílio.

As estimativas iniciais do governo previam por volta de 30 milhões de pessoas, valor cerca de 127% inferior à população que recebeu o auxílio, o que demonstra que a informalidade no mercado de trabalho brasileiro é maior que a esperada, assim como a crise gerada. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até novembro de 2020, 15,3 milhões de brasileiros não procuraram trabalho devido a pandemia ou por falta de oferta de trabalho em sua localidade. 2,7 milhões de pessoas foram afastadas do trabalho devido às medidas de distanciamento social, destas 879 mil deixaram de receber remuneração e apenas 19,6% de pessoas ocupadas tiveram um aumento da sua renda durante o ano.

A desigualdade econômica, de gênero e de raça foram acentuadas durante este período pandêmico. Segundo o levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2020, a perda média de renda, sem o auxílio emergencial, foi cerca de 18%, no entanto, essa perda é maior para alguns tipos de trabalhos, sendo para 7 dos 36 tipos de trabalhos observados igual ou superior a 30%.



Fonte: IBGE (2020).



Conforme os gráficos mostram, a população que mais sofreu foram os trabalhadores menos remunerados, sendo estes também os mais beneficiados com o repasse, tendo parte de sua renda compensada. Os trabalhadores informais, que não possuem carteira assinada, foram os mais afetados pela crise, segundo dados do IBGE a perda foi de 19% e para os trabalhadores formais de 8%. Já os ganhos com o auxílio foram mais significativos para os informais, que conseguiram recuperar até metade do valor de sua renda, 50% de ganho, e os trabalhadores formais 31%. De acordo com o estudo da FGV, caso não implementado o auxílio, os trabalhadores informais teriam sido quase 2,5 vezes mais penalizados pela queda na atividade econômica quando comparados aos trabalhadores formais.

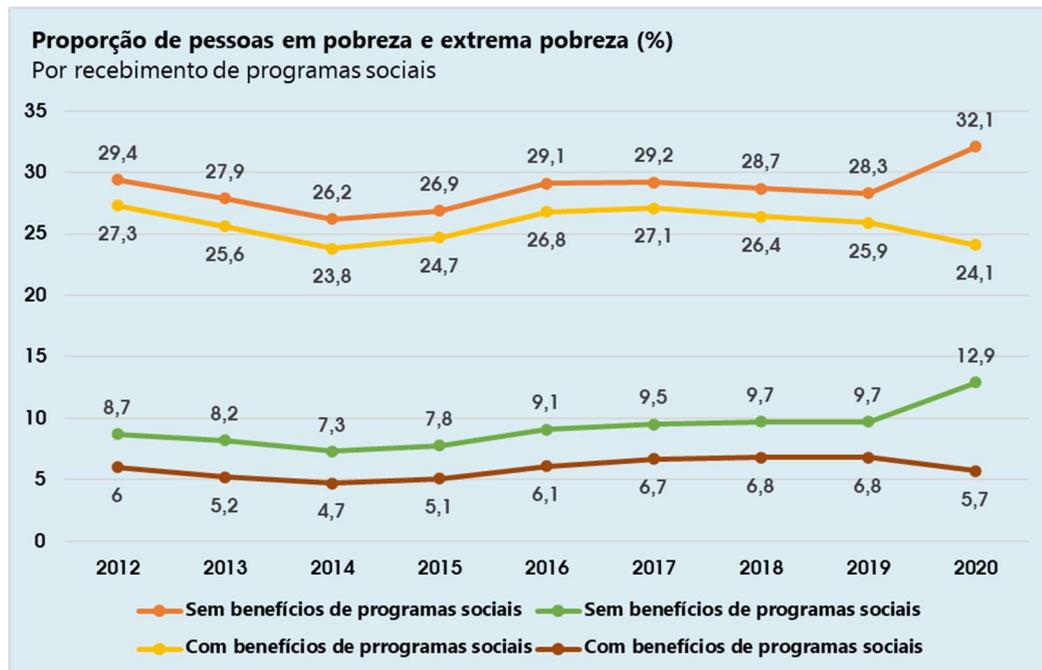
Observando ainda os dados do IBGE para 2020, as pessoas com menor grau de escolaridade são as que possuem menor renda, com a implementação do programa foi essa a parcela da população que mais ganhou. Segundo o levantamento, a população sem escolaridade, que recebem cerca de R\$595,00 reais tiveram até 156% de sua renda compensada. Também as mulheres, que recebem renda inferior em relação aos homens, sendo assim mais prejudicadas, tiveram sua renda compensada pelo repasse, conseguindo até 103% do valor de sua renda usual com o benefício.

Além da maior perda em sua renda, as mulheres também tiveram sua jornada de trabalho intensificada. Aumento na demanda de trabalho doméstico, assistência às crianças, devido ao fechamento de escolas e adesão do modelo de aulas remotas, uma vez que, as mães tiveram que auxiliar seus filhos durante as aulas. Os estudantes em situação de vulnerabilidade também foram os mais prejudicados por não possuírem acesso a computadores e internet de qualidade para acompanhar as aulas, além de em muitos casos precisarem ajudar nas tarefas domésticas. Homens pretos e pardos também foram os que mais morreram pela covid-19 no Brasil em 2020, conforme os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, em todas as idades, homens pretos e pardos foram as principais vítimas, 28,7% de mortes, mais que os homens brancos 28,4%.

De acordo com os dados da Síntese de Indicadores Sociais, divulgados em dezembro de 2021, mesmo com o repasse emergencial, em 2020 cerca de 12 milhões de pessoas viviam em situação de extrema pobreza no Brasil com menos de R\$155 reais por mês, e mais de 50 milhões (1 a cada 4 brasileiros) viviam em situação de pobreza com renda inferior a R\$450 por mês. Sem o programa esse impacto seria

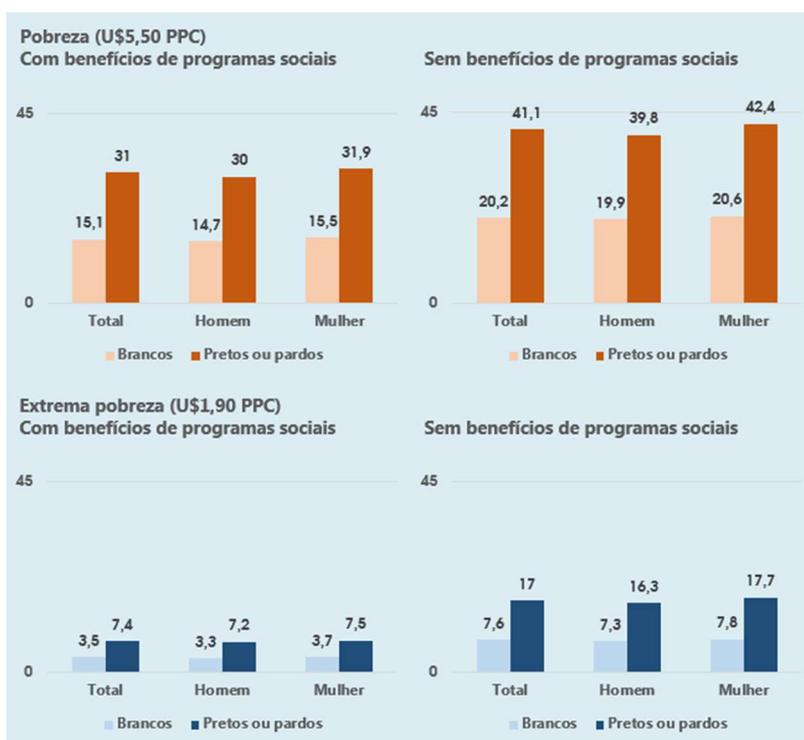


ainda maior, 7,2 pontos percentuais para extrema pobreza e 8,0 pontos percentuais para a pobreza.



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (2021)

O estudo também mostrou que entre a população mais pobre, mulheres, pretos e pardos e crianças de até 14 anos eram os grupos populacionais com as maiores taxas de pobreza e extrema pobreza. Ainda, as mulheres pretas ou pardas apresentaram os maiores índices de pobreza (31,9%) e extrema pobreza (7,5%). Famílias com mães chefes pretas ou pardas com filhos menores de 14 anos apresentavam maior incidência de pobreza, 17,3% tinham rendimento domiciliar per capita inferior a US\$1,90 e 57% menor que US\$5,50 por dia.



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (2021)

Sem os programas sociais, mulheres pretas ou pardas alcançariam uma taxa de pobreza de 42,4%. O que mostra a importância de repasses sociais para sanar desigualdades existentes no país, de gênero, raça e também regionais, visto que, em algumas regiões há maior taxa de pobreza, como a região do Nordeste que apesar de representar 27,1% da população brasileira, possui a maior taxa de pobreza (45,5%) e extrema pobreza (49,4%).

Analisando os efeitos econômicos, apesar dos gastos com o auxílio atingir em 2020 cerca de 4,1% do PIB, de acordo com o monitor fiscal do FMI, dos 176 países analisados o Brasil gastou menos que 16 nações. Segundo estimativas do Banco Mundial, atingiu 7,1% do PIB somando todas suas ações no combate à pandemia, e menor queda na atividade econômica do que em outros 16 países da América Latina. O índice de Gini baseado na renda per capita, ficou em 0,52 em 2020, registrando queda de 3,7% em relação a 2019 0,54, sem a introdução do valor per capita do auxílio esse indicador cai para 0,57, 2,3% superior ao ano anterior (2019) 0,56. Também para região do Nordeste apresentou diminuição significativa, sem o auxílio o índice aumentaria 4,5% em relação a 2019, já com os repasses do benefício o índice caiu 6,1%.

Além de compensar a perda de renda da população com maior vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com o simulador do artigo do Centro de Pesquisa em



Macroeconomia das Desigualdades, usando como base multiplicadores fiscais estimados via benefícios sociais pré existentes, o nível do PIB, em um cenário sem auxílio, teria caído entre 8,4% e 14,8% em relação a 2019. O déficit primário observado em relação ao PIB (considerando a projeção de queda de 4,32% em relação ao PIB de 2019) foi de 10,25%, num cenário sem o auxílio o gasto total seria 15% menor e a receita 8,2% menor. O que demonstra que mesmo com os gastos, programas de transferências sociais possuem retornos sociais e econômicos relevantes para um país.

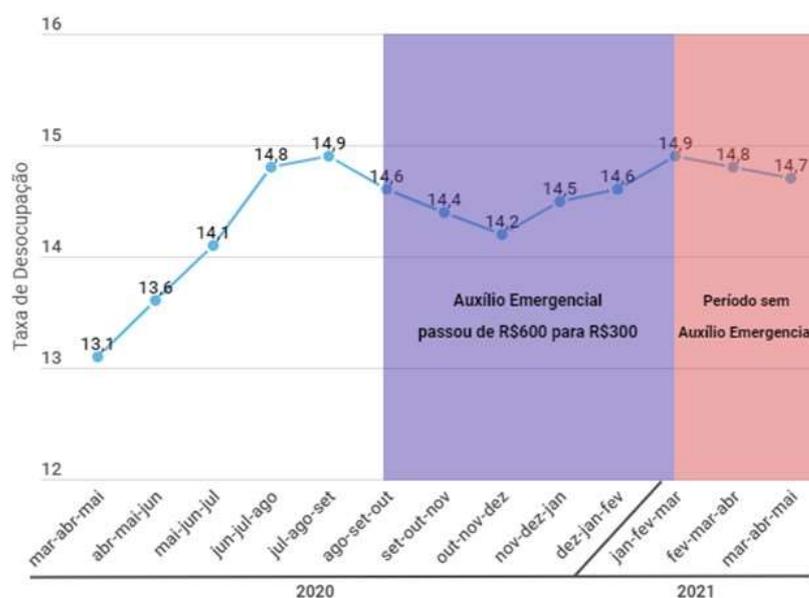
4. Impactos socioeconômicos da redução e fim do auxílio emergencial no Brasil

A proposta inicial era de que o pagamento do auxílio emergencial fosse feito até agosto de 2020. Com o agravamento da pandemia, o governo federal aprovou o pagamento de quatro novas parcelas, dessa vez, com o valor reduzido pela metade, sendo ele de **R\$300,00**.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada anualmente pelo IBGE, nos períodos seguintes à redução do auxílio, o Brasil apresentou uma taxa de desocupação maior e um rendimento médio real habitual menor em comparação aos períodos anteriores, nos quais o auxílio emergencial era de **R\$600,00**. Abaixo, temos o gráfico que mostra as taxas de desocupação no primeiro ano de pandemia:



Taxa de Desocupação - Março/2020 a Março/2021



Fonte: IBGE (2022)

Os dados mostrados no gráfico são, de certa forma, contraintuitivos. Para explicá-los melhor, consideramos necessário explicar brevemente a situação da pandemia em seu primeiro ano no Brasil, fazendo algumas relações com as fases do auxílio emergencial.

Como dito anteriormente, o intuito do auxílio emergencial foi de fornecer uma proteção econômica para a população mais pobre que teve sua renda e/ou emprego afetados por conta da pandemia, até que a situação fosse estabilizada para as pessoas voltarem a ocupar o mercado de trabalho. Em agosto de 2020, os casos e as mortes diárias passaram a ter uma leve queda e, com isso, os governos estaduais iniciaram uma flexibilização gradual das medidas de isolamento impostas anteriormente, o que permitiu que uma parte da população voltasse a trabalhar. Ao mesmo tempo em que houve essa leve retomada, o auxílio emergencial foi reduzido.

Como já se sabe, esse momento mais brando da pandemia não durou muito tempo. Em novembro de 2020 os casos e mortes voltaram a subir, tendo os casos chegado ao pico máximo no fim março de 2021, quando o Brasil apresentou uma média móvel de 77.050 casos, e as mortes alcançaram o pico máximo 2 semanas depois, no começo abril de 2021, quando a média móvel era de 3.112 mortes por dia. Com todo esse cenário, algumas medidas de isolamento para a contenção do vírus da



COVID-19 foram retomadas. Vale ressaltar que, durante todo esse período de aumento de casos até atingirmos o pico, os brasileiros estavam com o benefício emergencial reduzido ou sem ele.

Agora que temos conhecimento da situação da pandemia no Brasil durante as transições do auxílio emergencial, podemos analisar os gráficos. Podemos perceber que, quando o AE foi reduzido, o Brasil apresentava a maior taxa de desocupação visível no gráfico (14,9%). Em seguida, apesar de os dados indicarem uma queda da taxa entre agosto e dezembro de 2020, isso não necessariamente significa que houve uma melhora da situação socioeconômica do Brasil. Como já falado, esse período coincide com o momento da flexibilização da quarentena, o que provavelmente é a causa de a taxa de desocupação sofrer uma redução substancial. Porém, essa queda da taxa durou pouco, pois logo os casos de COVID-19 voltaram a subir e as medidas de isolamento tiveram que retornar, resultando em um impacto negativo no nível de ocupação.

O andamento do gráfico nos trimestres seguintes segue um caminho parecido com o descrito anteriormente, porém, dessa vez, por motivos diferentes. Com o fim do auxílio emergencial, a taxa de desocupação alcançou novo pico (também de 14,9%) no mesmo trimestre móvel. Em seguida, essa taxa sofreu nova queda, supõe-se que o motivo seja que, muitas famílias ficando completamente desamparadas financeiramente - com exceção das que tiveram acesso aos programas de transferência de renda específicos do seu estado - tiveram de buscar alguma ocupação para ter qualquer fonte de renda.

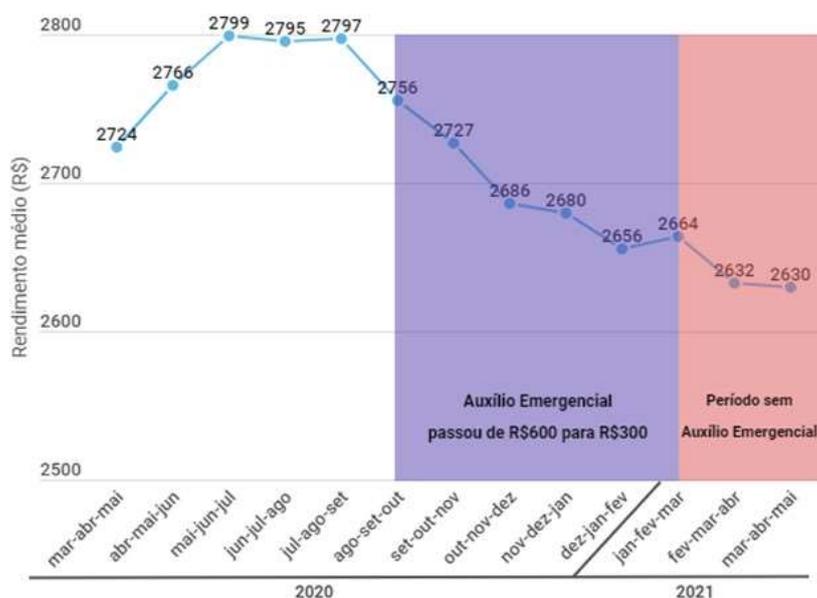
Acredita-se que essas altas do nível de desocupação tenham sido mais prejudiciais para os trabalhadores informais. Estes, em grande parte, desempenham atividades envolvidas com o comércio (motoristas e entregadores de aplicativos, vendedores sem CNPJ, ambulantes etc.), que é a primeira área a ser afetada de forma negativa com as medidas de isolamento. Junto a isso, os tipos de assistência que os trabalhadores informais têm acesso, em comparação aos trabalhadores formais, são muito reduzidos.

Quanto ao rendimento médio real habitual dos brasileiros, temos uma análise mais simples. Como é possível ver no gráfico abaixo, as variações do rendimento acompanharam as mudanças do auxílio emergencial. Durante os trimestres de recebimento do valor integral do auxílio, houve um aumento e depois estabilização do



rendimento médio, chegando ao valor máximo de 2799 reais. No momento em que o auxílio emergencial sofreu uma redução de 50%, o rendimento médio passou a sofrer consequentes quedas, durante todo o período de redução.

Rendimento médio - Março/2020 a Março/2021



Fonte: IBGE (2022).

Um problema grave atrelado às variações do rendimento médio dos brasileiros é que as quedas consecutivas desse valor coincidem com um período de forte pressão inflacionária. Esse é mais um fator que, junto às consequências da pandemia e das alterações no auxílio emergencial, contribuíram para agravar a pobreza, extrema pobreza e desigualdade no Brasil no primeiro ano de pandemia. Projeções feitas por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) concluíram que, de março de 2020 a fevereiro de 2021, aproximadamente 17,7 milhões de brasileiros voltaram a ficar abaixo da linha da pobreza. Ressalta-se a importância da redução do AE nesse fato, pois ele é destinado majoritariamente à população mais pobre.

De acordo com dados do IBGE, entre agosto de 2020 (primeiro mês com redução do AE) e março de 2021 (último mês antes da implementação do novo auxílio emergencial), o IPCA registrou uma variação positiva de 6,18%, enquanto o rendimento médio real habitual dos brasileiros registrou uma redução de aproximadamente 4,57% no mesmo período.



Outros dois fatores também contribuem para a conclusão de que a pandemia, até a volta do auxílio emergencial em abril de 2021, foi muito mais prejudicial para as camadas mais pobres da população brasileira: o aumento do INPC em comparação ao aumento do IPCA e os tipos de itens que mais sofreram aumentos de preços.

No período do início da pandemia (março de 2020) até o último mês antes da volta do auxílio emergencial (março de 2021), o IPCA sofreu uma variação positiva de 6,17%. Durante esse mesmo período, o INPC, que mede a inflação somente das famílias que possuem rendimento de 1 até 5 salários-mínimos, teve uma variação positiva de aproximadamente 7,13%.

Quanto aos tipos de itens mais afetados pela inflação de março de 2020 a março de 2021, temos uma tabela que mostra os oito itens/grupos que sofreram maiores aumentos de preços, em ordem decrescente:

IPCA – Variações Acumuladas em 12 meses, por grupos e itens – março de 2021	
Cereais, leguminosas e oleaginosas	53,76%
Óleos e gorduras	52,65%
Carnes	31%
Frutas	23,75%
Combustíveis (veículos)	23,26%
TV, som e informática	22,77%
Hortaliças e verduras	20,89%
Combustíveis (domésticos)	17,98%

Fonte: IBGE (2022).

Como é possível ver, com exceção de combustíveis para veículos e TV, som e informática, todos os outros itens que sofreram maior aumento de preços estão relacionados à alimentação. Isso corrobora para a ideia de que a pandemia, junto à redução/fim do AE, foi mais prejudicial para a população mais pobre do Brasil, pois estes gastam a maior parte de sua renda com itens relacionados à alimentação.

Para concluir esse raciocínio, usaremos uma pesquisa realizada pela Datafolha de 8 a 10 de dezembro de 2020, que buscou evidenciar como o auxílio emergencial reduzido afetou negativamente as pessoas que receberam o benefício de 600 reais e passaram a receber apenas 50% desse valor.



Os dados coletados na pesquisa apontaram que, após a redução do valor do AE, 75% dos beneficiários passaram a gastar menos com alimentação, o que pode ter contribuído para um aumento da quantidade das pessoas em estado de subnutrição no Brasil. Outro ponto é que, na pesquisa, 36% dos entrevistados informaram que o auxílio emergencial era sua única fonte de renda naquele momento, tendo, portanto, 50% da sua única fonte de renda retirados.

5. Comparação internacional

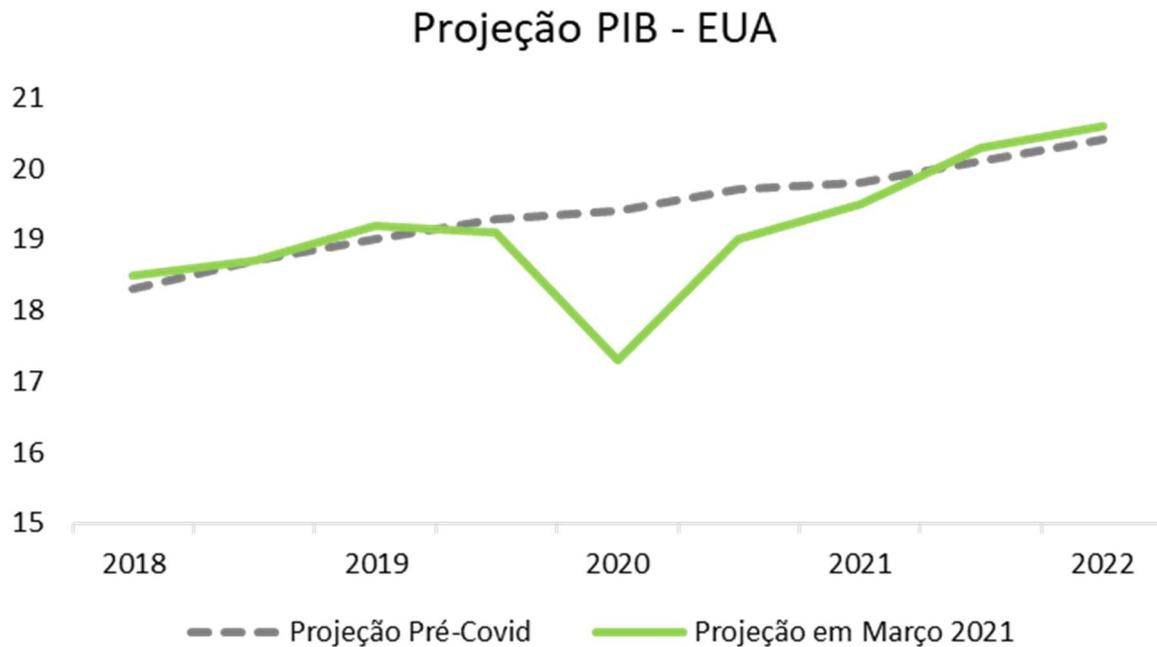
A pandemia do Covid-19 causou grandes danos à economia global devido ao fechamento de diversos setores por causa do lockdown, aumento do número de trabalhadores desempregados, falência de empresas e interrupção de alguns serviços. Conseqüentemente, foi necessário que cada governo reagisse a fim de atenuar possíveis recessões econômicas no médio e longo prazo em seu país.

Tais programas tinham o objetivo de auxiliar financeiramente empresas em dificuldade, famílias de baixa renda e fornecer meios de subsistência. Deste modo, seria possível gerenciar os impactos econômicos negativos que atingiam, principalmente, as empresas e os indivíduos economicamente mais vulneráveis

5.1 O caso dos Estados Unidos

Em março de 2021 foi aprovado nos Estados Unidos um dos maiores pacotes fiscais já vistos: o American Rescue Plan, com valor de US\$ 1,84 trilhão – equivalente a cerca de 8% do PIB americano – com o objetivo de impulsionar a demanda doméstica e auxiliar a atividade econômica a voltar aos níveis pré pandemia.

De acordo com previsão realizada pela OCDE, tal medida seria responsável por um crescimento de 6,5% no ano de 2021. Sem o auxílio fiscal, criado pelo presidente Biden e aprovado pelo congresso americano, o crescimento do produto seria de apenas 3,2%.



Fonte: OCDE.

O plano tem o objetivo de auxiliar os governos estaduais, trabalhadores desempregados, famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Foi destinado US\$ 350 bilhões aos governos subnacionais, principalmente para estados que dependiam, em maior parte, de impostos advindos do turismo e que, portanto, enfrentariam um maior déficit orçamentário em suas contas, como Nevada, Texas e Flórida.

Em relação aos trabalhadores desempregados, foi oferecido um total de US\$246 bilhões de auxílio desemprego com o objetivo de tentar manter esses trabalhadores ativos no mercado e incentivar a procura por empregos. Cerca de US\$ 170 bilhões foram oferecidos às escolas (US\$ 125 bilhões) e instituições de ensino superior (US\$ 40 bilhões) – que fecharam durante o período de lockdown – a fim de reabrir de forma adequada e segura e voltar às atividades normais.

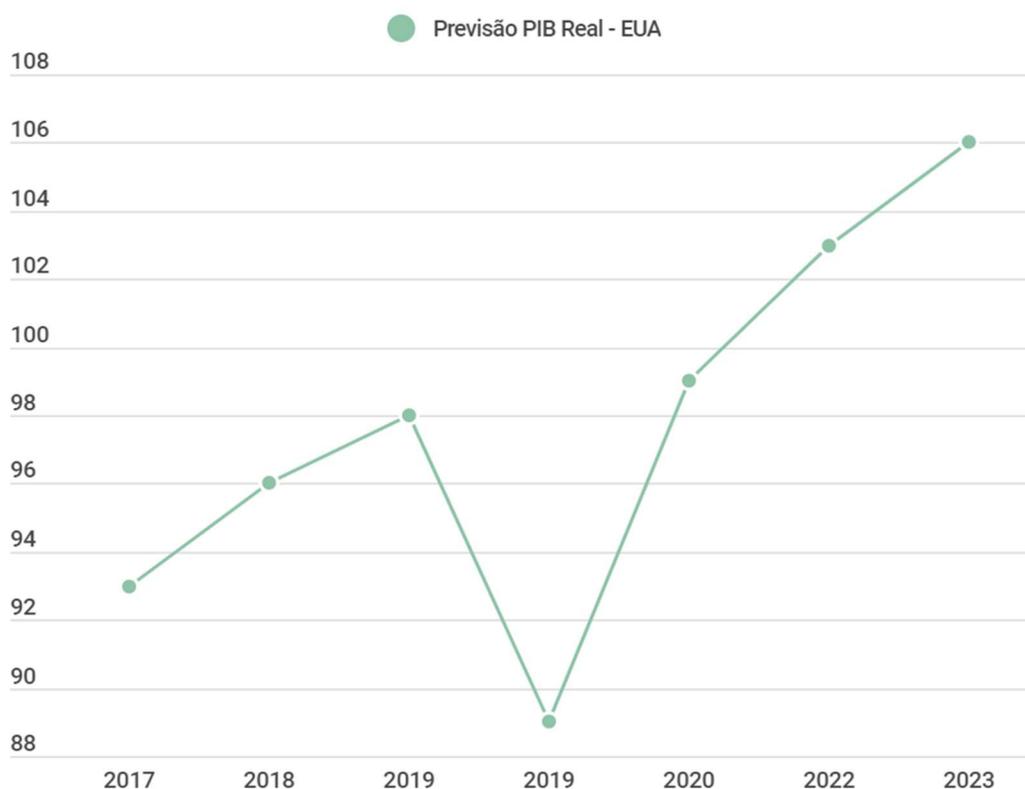
Para famílias com crianças foi destinado um valor de US\$ 156 bilhões de forma a tornar creches mais acessíveis e auxiliar a entrada das mulheres, chefes de família, no mercado de trabalho. Foi destinado, também, cerca de US\$ 125 bilhões para a contenção da Covid-19, vacinas e plano de saúde para os indivíduos.

Ademais, o presidente Biden criou um auxílio de US\$ 1.400 para pessoas solteiras que ganham menos de US\$ 75,000, chefes de família com menos de US\$



112,500 e casais que, em conjunto, recebem menos de US\$ 150,000. Por fim, o American Rescue Plan também tem o objetivo de auxiliar empresas de grande e pequeno porte que foram prejudicadas pela pandemia, fornecendo empréstimos, investimentos e subsídios de emergência.

De acordo com simulações realizadas pela OCDE no início do ano de 2021, essas medidas seriam capazes de aumentar a produção dos Estados Unidos entre 3% e 4% no primeiro ano do pacote fiscal. Além disso, as perspectivas de emprego no país seriam melhores de forma que o desemprego cairia entre 1,2 e 2 p.p.



Fonte: OCDE

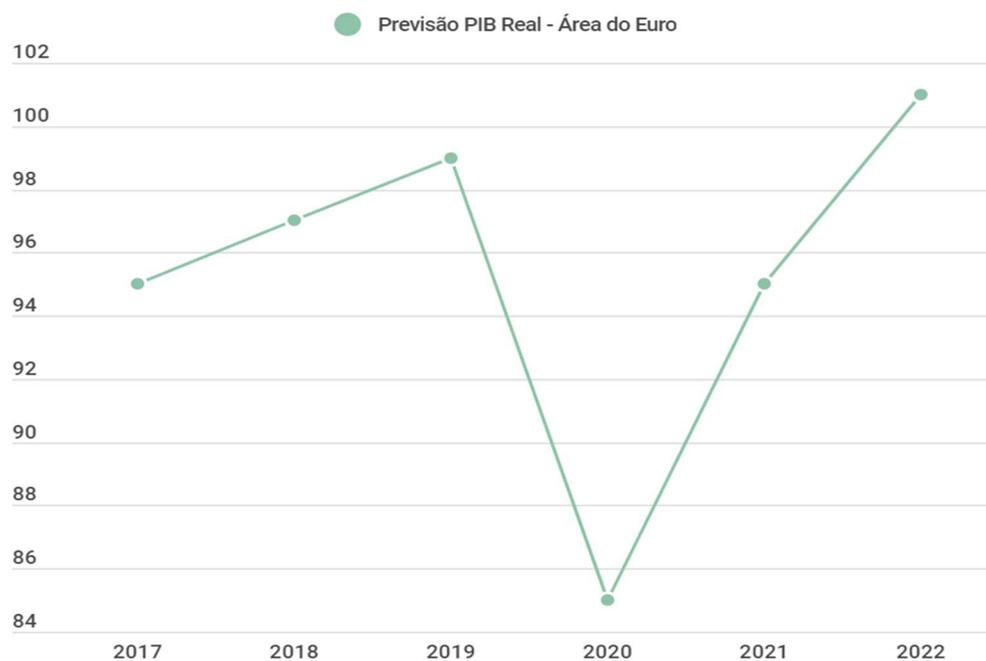
5.2 O Caso da União Europeia

Países membros da União Europeia, em conjunto, também adotaram medidas a fim de combater o choque econômico e social causado pela pandemia do Covid-19. De acordo com o site oficial do bloco econômico, foram destinados um total de 3,7 trilhões de euros para o pacote fiscal que incluía medidas de apoio à liquidez, auxílio ao sistema de saúde e aos cidadãos e aos setores mais afetados.



Os principais objetivos do plano fiscal consistem em: proteger pequenas e médias empresas; apoiar a recuperação do setor do turismo, que foi fortemente afetado por conta das restrições impostas pelo governo em relação à circulação de pessoas; atenuar os impactos sobre o emprego e proteger os trabalhadores do desemprego e da perda de renda. Além disso, houve também um fundo de auxílio europeu às pessoas mais carentes, apoio à agricultura e apoio ao setor de pescas.

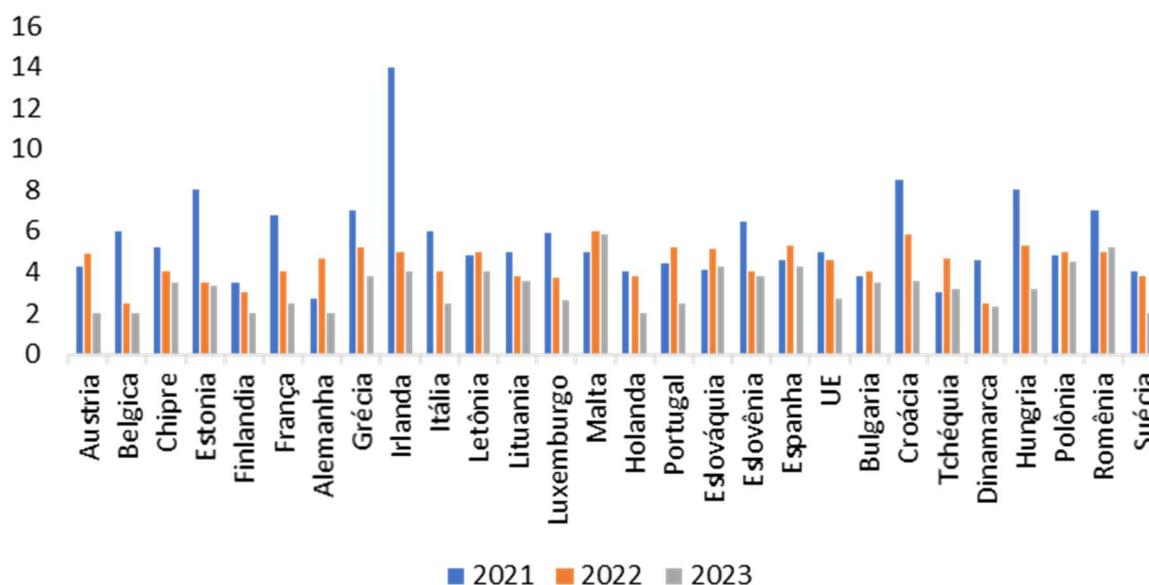
Com essas medidas de apoio financeiro foi possível atenuar a crise econômica e retomar o crescimento mais rápido do que o esperado. Segundo o site oficial da União Europeia, sua previsão de crescimento do PIB nos anos de 2021, 2022 e 2023 será cerca de 5%, 4,3% e 2,5%, respectivamente. Portanto, é possível perceber que as medidas de apoio financeiro foram importantes para a contenção da Covid-19 e, conseqüentemente, para a retomada da economia nos países membros da União Europeia, como é apresentado nos gráficos a seguir:



Fonte: OCDE.



Previsão Econômica



Fonte: OCDE.

6. Conclusão

A discussão de uma renda básica universal é, portanto, amplamente amparada pelo caso do auxílio emergencial no Brasil. Em um momento em que uma população mundial inteira passa pela mesma tragédia, fica claro as diferenças sociais e econômicas presentes em todo o globo. Percebe-se como aqueles em situações econômicas mais vulneráveis e, principalmente, em desvantagens de cor e de gênero, sofreram um impacto exponencialmente maior que aqueles com privilégio.

Assim, entende-se a necessidade de um amparo financeiro estatal que possibilite a manutenção de um estilo de vida digno e que supra necessidades básicas essenciais, principalmente no Brasil, um país fomentado pela miséria.

7. Referências Bibliográficas

CALCULADORA DO CIDADÃO. **BCB**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigrPorIndice.do?met hod=corrigrPorIndice>>. Acesso em: 17/01/2022.



- GOV. **Governo estabelece regras para elegibilidade e pagamento do auxílio emergencial.** Secretaria Geral, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2020/abril/governo-estabelece-regras-para-elegibilidade-e-pagamento-do-auxilio-emergencial>>. Acesso em: 17/01/2022.
- GOV. **Publicação apresenta o perfil dos beneficiários do Auxílio Emergencial em 2020.** Casa Civil, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/ptbr/assuntos/noticias/2021/marco/publicacao-apresenta-o-perfil-dos-beneficiarios-do-auxilio-emergencial-em-2020#:~:text=destacou%20Raquel%20Freitas.,Os%2067%2C9%20milh%C3%B5es%20de%20brasileiros%20que%20receberam%20o%20Aux%C3%ADlio,socorrer%20os%20brasileiros%20mais%20necessitados>>. Acesso em: 17/01/2022.
- Detalhamento dos Benefícios ao Cidadão. **Portal Transparência**, 2022. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/consulta?paginaSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F04%2F2020&ate=31%2F12%2F2021&tipoBeneficio=6&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2ClinguagemCidada%2CmesAno%2Cuf%2Cmunicipio%2Cvalor>>. Acesso em: 17/01/2022.
- IBGE. **Desocupação, renda, afastamentos, trabalho remoto e outros efeitos da pandemia no trabalho.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho>>. Acesso em: 17/01/2022.
- CUCOLO, Eduardo. **Auxílio emergencial é a única renda de 36% dos que receberam o benefício, diz Datafolha**, 2020. UOL. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/12/auxilio-emergencial-e-a-unica-renda-de-36-dos-que-receberam-o-beneficio-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 17/01/2022.
- DUQUE, Daniel. **Pobreza e desigualdade aumentam de novo: PNAD Contínua Covid mostrou impacto do Auxílio Emergencial nos indicadores sociais (2020).** Blog do IBRE. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/pobreza-e-desigualdade-aumentam-de-novo-pnad-covid-mostrou-impacto-do-auxilio-emergencial-nos>>. Acesso em: 17/01/2022.
- GONZALEZ, Lauro; BARREIRA, Bruno. **Efeitos do auxílio emergencial sobre a renda.** Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV, 2020. Disponível em: <<https://eaesp.fgv.br/producao-intelectual/efeitos-auxilio-emergencial-sobre-renda>>. Acesso em: 17/01/2022.
- IBGE. **Homens pretos e pardos morreram mais de Covid do que brancos em 2020.** Agência IBGE notícias, 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32414-homens-pretos-e-pardos-morreram-mais-de-covid-do-que-brancos-em-2020>>. Acesso em: 17/01/2022.
- IBGE. **Mesmo com benefícios emergenciais, 1 em cada 4 brasileiros vivia em situação de pobreza em 2020.** Agência IBGE notícias, 2021. Disponível



em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32420-mesmo-com-beneficios-emergenciais-1-em-cada-4-brasileiros-vivia-em-situacao-de-pobreza-em-2020>>. Acesso em: 17/01/2022.

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - **Divulgação mensal:** Outubro/2021. IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=32616&t=series-historicas>>. Acesso em: 17/01/2022.

Indicadores IBGE - **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor:** INPC - IPCA. Edição de Março de 2021. IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7236>>. Acesso em: 17/01/2022.

Coronavirus (COVID-19) Cases - Brazil. **Our World In Data**, 2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer?zoomToSelection=true&time=2020-03-01..latest&facet=none&pickerSort=desc&pickerMetric=new_cases_smoothed_per_million&Metric=Confirmed+cases&Interval=7-day+rolling+average&Relative+to+Population=true&Color+by+test+positivity=false&country=~BRA>. Acesso em: 17/01/2022.

Coronavirus (COVID-19) Deaths - Brazil. **Our World In Data**, 2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer?zoomToSelection=true&time=2020-03-01..latest&facet=none&pickerSort=desc&pickerMetric=new_deaths_per_million&Metric=Confirmed+deaths&Interval=7-day+rolling+average&Relative+to+Population=true&Color+by+test+positivity=false&country=~BRA>. Acesso em: 17/01/2022.

Coronavirus (COVID-19) Vaccinations - Brazil. **Our World In Data**, 2022. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=BRA>>. Acesso em: 17/01/2022.

SANCHES, Marina et al. **Quão mais fundo poderia ter sido esse poço?** Analisando o efeito estabilizador do Auxílio Emergencial em 2020. Nota de Política Econômica nº 007. MADE/USP, 2021. Disponível em: <<https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/quao-mais-fundo-poderia-ter-sido-esse-poco-analisando-o-efeito-estabilizador-do-auxilio-emergencial-em-2020/>>. Acesso em: 17 jan. 2022.